



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Ata

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E
REDAÇÃO DA 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª.
LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 10
DE AGOSTO DE 2017.

Às nove horas do dia dez de agosto, do ano de dois mil e dezessete, no Mini Plenário Deputado Judivan Cabral, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição Justiça e Redação, convocada através de Edital publicado no Diário do Poder Legislativo nº 7.399 de 10 de agosto de 2017. Estando presentes a presidenta deputada Estela Bezerra, a vice-presidente deputada Camila Toscano e os seguintes membros titulares: o Líder do Governo deputado Hervázio Bezerra, o deputado Adriano Galdino, a deputada Daniella Ribeiro e o deputado Anísio Maia, em substituição ao deputado Genival Matias. Havendo número regimental, a deputada Estela Bezerra declarou aberta reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos. Ato contínuo, determinou à Secretária a leitura do expediente em Mesa, que constou a Ata da 11ª. Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 08 de agosto de 2017 e a justificativa de ausência do deputado Genival Matias. Posta em discussão e votação, a Ata da 11ª. Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade e sem restrições. Em seguida deu início a Ordem do Dia. Discussão e votação da Medida Provisória nº 263/2017 (Mensagem nº 24 DE 31/07/17) do Governador do Estado que “dispõe sobre a transferência de informações sigilosas no âmbito da secretaria de estado da receita; altera as Leis nºs 6.000, de 23 de dezembro de 1994, 6.379, de 2 de dezembro de 1996, 10.094, de 27 de setembro de 2013, e 10.912, de 12 de junho de 2017, para prorrogar o Programa de Recuperação Fiscal do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - REFIS/IPVA”. Com a palavra, a deputada Daniella Ribeiro afirmou que o a medida provisória trata de várias matérias e, dentre elas,

a única que atenda aos requisitos de urgência e relevância é a alteração da Lei nº 10.912/2017. A parlamentar promoveu a leitura de seu voto divergente pela rejeição do parecer, visto ofender a Lei Complementar nº 95/98, assim como a formação de “combo legislativo” foi reconhecida como inconstitucional pela Corte Suprema no julgamento da ADI 5.127. No mesmo sentido, pronunciou-se a deputada Camila Toscano. Em votação, o parecer do relator Hervázio Bezerra pela admissibilidade foi aprovado por maioria com votos contrários das deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro. Após inversão de pauta, seguiu-se a discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.378/2017 de autoria do deputado Hervázio Bezerra que “concede o Título de Cidadão Paraibano a Cleyson Jacomini de Sousa”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi aprovado por unanimidade. Incluído em pauta, o Projeto de Lei nº 1.288/2017, autoria do deputado Tróccoli Júnior, que “reconhece de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Alagoinha e adjacentes – “ACOSA”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi aprovado por unanimidade. Incluído em pauta, o Projeto de Lei nº 1.380/2017 de autoria da deputada Daniella Ribeiro que “declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Chã de Areia, no município de Pilar-PB, e dá outras providências”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi aprovado por unanimidade. Incluído em pauta, o Projeto de Lei nº 1.443/2017 de autoria do deputado Jeová Campos que “revoga a Lei nº 8.691/2008, que reconheceu de utilidade pública estadual a Fundação Luiz Antônio Bezerra – FLAB, localizada no município de Cajazeiras”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi aprovado por unanimidade. Incluído em pauta, o Projeto de Lei nº 1.411/2017 de autoria do deputado João Gonçalves que “concede o título de Cidadão Paraibano ao senhor Coronel Maurício Valença da Cruz, comandante do 15º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIMTZ pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi aprovado por unanimidade. Incluído em pauta, o Projeto de Resolução nº 178/2017 de autoria do deputado Janduhy Carneiro que “denomina de Doutor “Yanko Cyrillo” a Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi

aprovado por unanimidade. Incluído em pauta, o Projeto de Lei nº 1.497/2017 de autoria do deputado Hervázio Bezerra que “denomina de Rodovia Vice-Prefeita Glaucia Martins, o trecho da rodovia PB-051, que interliga as cidades de Mari/Caldas Brandão/Cajá, e do acesso ao Rodoshopping Empório Paraíba, na BR-230, também na cidade de Cajá, neste Estado”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, o qual foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 142/2017 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.023/2016, de autoria da deputada Camila Toscano, que “determina a inserção dos números de protocolos referentes às reclamações, solicitações de serviços e aos pedidos de informações, nas faturas de água, energia e telefone e dá outras providências”. O parecer do relator deputado Adriano Galdino foi pela manutenção do veto. Em votação, rejeitado o parecer do relator. Aprovado o parecer pela rejeição do veto, lavrado pela deputada Daniella Ribeiro, seguido pelos deputados Anísio Maia, Camila Toscano e Trócolli Júnior. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 148/2017 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.217/2017, de autoria da Defensoria Pública, que “dispõe sobre a criação do Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e dá outras providências”. O relator deputado Adriano Galdino, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela rejeição do veto. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 155/2017 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 903/2016, de autoria da deputada Daniella Ribeiro, o qual “dispõe sobre a obrigatoriedade de atualização orçamentária das placas informativas de obras públicas e dá outras providências”. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela manutenção do veto. Em votação, o parecer foi aprovado por maioria, com voto contrário das deputadas Daniella Ribeiro e Camila Toscano. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 156/2017 que veta totalmente ao Projeto de Lei nº 942/2016, de autoria do deputado Raniery Paulino, o qual “institui a obrigação de divulgação de dados relativos a viagens de colaborador eventual no Estado da Paraíba”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela manutenção do veto, o qual foi aprovado por maioria com votos contrários das deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 157/2017 que veta totalmente ao Projeto de Lei nº 963/2016, de autoria do deputado Renato Gadelha, o qual “torna obrigatória a instalação e manutenção de sistema de monitoramento interno de vigilância eletrônica nas creches privadas”. O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela rejeição do veto, o qual foi

aprovado por maioria com votos contrários da deputada Estela Bezerra e do deputado Hervázio Bezerra. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 158/2017 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.068/2016, de autoria do deputado Adriano Galdino, o qual “institui a política estadual de proteção ao nascituro e dá outras providências”. O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela manutenção do veto. Em votação, o parecer recebeu voto favorável da deputada Estela Bezerra e contrários dos deputados Adriano Galdino, Daniella Ribeiro e Camila Toscano. Aprovado o parecer pela rejeição da deputada Daniella Ribeiro. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 162/2017 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 1.080/2016, de autoria do deputado Janduhy Carneiro, o qual "institui a campanha de conscientização sobre depressão infanto-juvenil e dá outras providências". O relator deputado Adriano Galdino proferiu parecer pela rejeição do veto, o qual foi aprovado por maioria, com votos contrários da deputada Estela Bezerra e do deputado Hervázio Bezerra. Discussão e votação do parecer ao Veto nº 174/2017 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 986/2016, de autoria do deputado Nabor Wanderley, o qual "dispõe sobre a reserva de espaços físicos, eletrônicos ou digitais nos ginásios de esportes e estádios de futebol, públicos ou mantidos pelo erário, para publicidades de utilidade pública e dá outras providências". O relator deputado Hervázio Bezerra proferiu parecer pela manutenção do veto. Em votação, o parecer recebeu voto favorável da deputada Estela Bezerra e contrários dos deputados Adriano Galdino, Daniella Ribeiro e Camila Toscano. Aprovado o parecer da deputada Daniella Ribeiro pela rejeição do veto. Ato contínuo, a presidente declarou encerrada a reunião, convocando uma outra, Ordinária, para a próxima semana, data e horário, a ser definidos e comunicado posteriormente. Lavrando a presente Ata, Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta Deputada Estela Bezerra, conforme o disposto no art. 60, do RI, desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 10 de agosto de 2017.

Deputada Estela Bezerra
Presidenta